

INSTITUTO DE CIENCIAS BIOLOGICAS/UFMG

Termo de Referência 5/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2025	153291-INSTITUTO DE CIENCIAS BIOLOGICAS /UFMG	PEDRO DE ALMEIDA RANGEL CORDEIRO MONTEIRO	02/10/2025 18:08 (v 4.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23072.236959/2025-08

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº23072.236959/2025-08)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço de reprografia centralizada, em dependências do Instituto de Ciências Biológicas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de reprografia e operação de equipamentos afins	23183	ano	5	R\$ 114.693,00	R\$ 573.465,00

1.2. O Objeto será formado pela Cesta Básica de Produtos Anexo I obrigatoriamente, pela Contratada.

1.2.1. A contratada arcará com os custos mensais, previstos no item 5.6.1 deste instrumento.

1.2.2. Para a sua execução, durante o período de vigência do Contrato, a Contratante permitirá à Contratada, através de Concessão Remunerada de Uso, o direito de utilizar o imóvel descrito no subitem 3.3.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da data da Ordem de Início das Atividades prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica. Sendo essencial para a operação normal das unidades acadêmicas e dos órgãos administrativos, a vigência plurianual mais vantajosa considerando à necessidade de suprir as demandas diárias da comunidade universitária, para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode vir a comprometer as atividades realizadas no Campus.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 17217985000104-0-000019/2025;

Data de publicação no PNCP: 02/05/2024;

Id do item no PCA: 82;

Classe/Grupo: 859 - outros serviços de suporte;

Identificador da Futura Contratação: 153291-81/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A explicação da solução em sua totalidade envolve a contratação de uma empresa especializada para realizar a exploração comercial de prestação de serviços em reprografia, processamento de documentos e afins, No Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, sendo de responsabilidade da Contratada toda a estrutura para prestação dos serviços, quais sejam: instalação de equipamentos, alocação de operadores, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, peças, suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos, inclusive papel, para atender as necessidades de impressão da Instituição, de forma centralizada na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, na forma e condições estipuladas neste Instrumento e nos Anexos que o integram.

3.1.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O serviço deverá ser prestado no Bloco C1, do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, observadas as especificações descritas na Cesta Básica de Produtos, constante do Anexo 1.

3.3. A solução consiste na concessão onerosa de espaço físico para prestação de serviços de reprografia e operação de equipamentos, em sala de 36,9m², localizado no Bloco C1, do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, na Av. Antônio Carlos, n. 6627, Pampulha, em Belo Horizonte -MG.

3.4. A utilização deste espaço será concedida exclusivamente para instalação de empresa especializada para exploração comercial de serviços de reprografia e processamento de documentos e afins.

3.5. Não será admitida a subconcessão do objeto deste estudo.

3.6. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

3.7. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), em consonância com as diretrizes da IN/SEGES/MPDG 05/2017.

3.7.1. O IMR vincula o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.

3.7.2. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato.

3.7.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em ocorrências atribuídas a cada item conforme especificações constantes no Anexo II gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

3.7.4. O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

3.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada.

3.9. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

3.9.1. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto de 10% (dez por cento) por mais de 3 (três) vezes consecutivas ou durante a vigência do contrato ou a cada prorrogação, se houver.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Cumprir, em observância aos fundamentos legais constantes na IN SEGES/MPDG nº 05 /2017 e as legislações sobre sustentabilidade Ambiental, dentre elas:

A. Instrução Normativa nº 06, de 03/11/1995, do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado - Instrução Normativa nº 06, de 03/11/1995, Estado - Disciplinar a coleta seletiva de papel para reciclagem, no âmbito dos órgãos integrantes do SISG, no Distrito Federal.

B. Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

C. Lei nº 12.305, de 02/08/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605 de 12/02/1998; e dá outras providências. UASG 153254 Termo de Referência 169/2024 4 de 32.

D. Decreto nº 14.367, de 12/04/2011, da Prefeitura de Belo Horizonte - Regulamenta a Lei nº 9.529/2008 que "Dispõe sobre a substituição do uso de saco plástico de lixo e de sacola plástica por saco de lixo ecológico e sacola ecológica, e dá outras providências".

E. Lei nº 10.534, de 10/09/2012 - de Belo Horizonte - Dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no município, e dá outras providências.

F. Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, da secretaria de Gestão do ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SEGES / MPDG - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

G. Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, da Presidência da República - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 02/08/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

H. Demais Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos. i. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais – PGRSE do local / unidade onde o campus estabelecimento está instalado.

4.2. Nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010, da Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 5, de 25 /05/2017 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis- Setembro 2023 – 6º Edição – CNS/DECOR/CGUAGU, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

4.2.1. Colaborar para as fases de elaboração, implementação e acompanhamento dos procedimentos de coleta seletiva, de acordo com o estabelecido no Plano de Resíduos da unidade / Órgão e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE), disponibilizando o resíduo reciclável nos locais indicados pela Unidade/Órgão, a fim de possibilitar a sua destinação às associações e cooperativa dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da Instrução Normativa nº 01 /2010 ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.

4.2.2. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

A. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas /poluentes.

B. Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

C. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica)

D. Realizar, periodicamente, um programa interno de treinamento/capacitação de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

E. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

F. Treinar os empregados acerca da reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados na prestação dos serviços.

4.2.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.2.4. Participar das campanhas de sensibilização da Comunidade Universitária promovidas pela Contratante. UASG 153254 Termo de Referência 169/2024 5 de 32

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da Concessão Remunerada de Uso (Valor mensal multiplicado por 12 (doze) meses, conforme condições descritas no contrato.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado os períodos de suspensão contratual.
- 4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.10. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado.
- 4.12. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro -garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.17.1. A extinção da garantia na modalidade seguro -garantia observará a regulamentação da Susep.

4.17.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e anexos.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.22. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária.

4.23. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.24. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 137 da Lei 14.133 de 2021.

4.25. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do anexo VII-F da IN SEGES /MP n. 5/2017.

Vistoria

4.26. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas.

4.27. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.27.2. O prazo para vistoria inicia-se no dia útil seguinte a publicação do edital, estendendo-se até às 16h do dia útil anterior a data prevista para abertura da sessão pública.

4.27.3. A realização da vistoria deverá ser previamente agendada com a Fiscalização Técnica, de segunda a sexta-feira, no horário comercial pelos e-mails: superintendente@icb.ufmg.br e pedroarcm@icb.ufmg.br.

4.27.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, será fornecido o Atestado de Vistoria, assinado pelo responsável. Disponibilizado pela contratante em momento oportuno.

4.28. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

4.30. Não há margem de preferência para o objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo estipulado pela contratante fixado no documento denominado “Ordem de início das atividades”, o qual ocorrerá após a assinatura do contrato.

5.1.2. O serviço a ser prestado no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, será classificado da seguinte forma:

A. Serviços externos: são aqueles não requisitados formalmente pela UFMG, os quais serão cobrados diretamente do usuário, pelo mesmo preço proposto para a UFMG.

B. Serviços internos: são aqueles prestados para a UFMG através de Formulário de Requisição, cujo pagamento será feito após sua conferência, obedecido o prazo de pagamento constante nos itens 7.32 e 7.33.

5.1.3. Os usuários dos serviços serão: corpos docente e discente, órgãos administrativos, unidades acadêmicas e eventuais usuários das instalações do Campus da UFMG.

5.1.4. É vedado à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Instrumento.

5.1.5. Se houver associação da empresa contratada com outra empresa, assim como cessão ou transferência ou parcial, fusão, cisão ou incorporação a outrem, o contrato resultado deste instrumento, só poderá ter continuidade mediante as seguintes condições:

A. Que o fato seja formalizado a contratante, mediante documentos comprobatórios;

B. Que sejam mantidas todas as condições contratuais avençadas, inclusive as de habilitação;

C. Se não houver prejuízo para a contratante;

D. Se for do interesse da UFMG.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Bloco C1 do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, na Avenida Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 8h às 18h.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas:

5.3.2. Instalar em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de assinatura do Contrato, todas as máquinas nas Centrais, conforme estabelecido no subitem 5.4, bem como estar apta para o início da prestação dos serviços.

5.3.3. Apresentar na data de assinatura do contrato, notas fiscais de compra ou documentos que comprovem a propriedade dos softwares listados no subitem 5.5. Requisitos Tecnológicos.

5.3.4. Para efeito da contratação inicial ou no decorrer do contrato, a UFMG poderá solicitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contratação objeto do presente termo de referência, ficando a Contratada obrigada a aceitar, nas condições contratuais, obedecido, contudo, o disposto na (Lei nº 14.133, de 2021, art.124).

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
Requisitos tecnológicos

5.5. Alocar operadores capacitados para a prestação dos serviços previstos neste instrumento, bem como dispor de estrutura para a prestação dos serviços, quais sejam: peças, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos, inclusive papel;

5.5.1. Obedecer, nos serviços a serem prestados os seguintes prazos:

A. Serviços reprográficos comuns, pequenos serviços (até mil cópias P&B e até quinhentas cópias coloridas, na totalidade das requisições recebidas por unidade/ órgão) deverão ser executados no prazo máximo de 4 (quatro) horas, a partir do recebimento da(s) requisições;

B. Serviços reprográficos complexos, grandes quantidades de cópias (acima mil cópias P&B e acima de quinhentas cópias coloridas, na totalidade das requisições recebidas por unidade/órgão) a entrega será combinada com o solicitante, respeitando o princípio da razoabilidade.

5.5.2. Fornecer, e manter Fornecer, e manter na loja, a caixa de sugestão em material acrílico cristal transparente, com suporte lateral para papel e caneta, sendo esta devidamente lacrada com cadeado, o qual será fornecido e controlado pela fiscalização da UFMG, que será a única que poderá abrir para retirada do conteúdo.

5.5.3. A contratada deverá instalar no local da prestação do serviço, computadores que proverão a infraestrutura computacional para:

A. Receber arquivos para impressão através de e-mail;

B. Receber arquivos para impressão através de carga em página web;

C. Sistema operacional, software, e proteção contra vírus e outros tipos de programas maliciosos, originais e com suporte do fabricante mantendo suas respectivas atualizações de forma automática; com execução automática de programas (autorun) desabilitados;

D. Receber arquivos para impressão por meio digital em dispositivos de armazenamento com interface USB (pendrive). Outros meios podem ser disponibilizados a critério da contratada;

E. Imprimir arquivos gerados nas versões atualizadas do Microsoft office (Libreoffice), CorelDraw, Page Maker e Autocad, bem como de versões anteriores destes pacotes;

F. Imprimir arquivos nos formatos PDF(Portable Document Format), PS (Post Script) e EPS (Encapsulated Post Script);

G. Manter os sistemas e programas instalados nos computadores que receberão os meios digitais, arquivos carregados via web e mensagens de e-mail com trabalhos de impressão atualizados, sem execução automática de programas;

H. Manter os sistemas de impressão em rede isolada, com acesso á rede externa suficiente apenas para realizar a atualização dos programas instalados;

I. Manter todos os sistemas e programas atualizados e com licença de uso válida, devendo a contratada apresentar estas licenças;

5.5.4. Para o funcionamento da central pede-se, no mínimo, equipamentos em número e características conforme descrito abaixo:

Duas máquinas multifuncionais P&B, com velocidade mínima de 55 ppm.

Uma máquina multifuncional colorida, com velocidade mínima de 70 ppm.

Uma máquina Plotter;

Uma guilhotina manual;

Dois Computadores para administração/caixa

5.5.5. Instalar máquina(s) própria(s) para recebimento de cartões de crédito e débito, sem acréscimo do valor cobrado.

5.5.5.1. No mínimo 02 (duas) bandeiras distintas deverão ser aceitas pela PERMISSONÁRIA;

5.5.5.2. As bandeiras deverão ser escolhidas considerando o alto índice de aceitação no mercado;

5.5.5.3. A instalação da (s) máquina(s) e seu efetivo funcionamento deverão ocorrer no período máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de início das atividades.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Para a prestação dos serviços, durante o período de vigência do contrato, a contratante permitirá a contratada, através de concessão Remunerada de uso, o direito de utilizar uma sala de 36,9m² no Bloco C1 do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG mediante o pagamento do valor mensal de **R\$ 1.573,79** (mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos) reajustados anualmente pelo índice IPCA.

5.6.2. Com fundamento no Decreto 3.725/01, para ressarcimento dos serviços e comodidades ofertados, conforme justificativa no Estudo Técnico Preliminar, estima-se um valor mensal de **R\$ 286,88**.

Instalações Físicas e seu Ônus

5.7. Para prestação dos serviços, durante o período de vigência do Contrato, a Contratante permitirá à Contratada, através do Termo de Permissão Remunerada de uso, o direito de utilizar:

5.7.1. Uma sala de 36,9m² no Bloco C1 do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG mediante o pagamento do valor mensal de **R\$ 1.573,79** (mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos) reajustados anualmente pelo índice IPCA. O pagamento será devido pela Contratada a partir da data designada no documento denominado "Ordem de Início das Atividades".

5.8. As mensalidades vencem no último dia de cada mês;

5.8.1. A Contratada deverá recolher, a título de contraprestação, a mensalidade estipulada à conta Única do Tesouro Nacional, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do vencimento da mensalidade;

5.8.2. O pagamento efetuado após o prazo previsto no subitem anterior deverá ser feito com acréscimo de atualização financeira, mediante a aplicação da fórmula abaixo, mais os encargos e multas previstos no subitem 8.2.4 e a multa prevista no subitem, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis;

$$AF = \{[(1 + TR/100) - 1] \times Rd\} + Rd$$

Onde:

AF = atualização financeira;

TR = percentual atribuído à Taxa Referencial (pro-rata temporis), em vigência a partir da data do adimplemento da obrigação;

d = número de dias corridos em atraso, decorridos entre a data de vencimento da obrigação até o dia do efetivo pagamento;

Rd = Remuneração devida.

5.8.3. No caso de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite, prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido;

I = Índice de atualização financeira, Calculado segundo a fórmula: $I = (6/100) / 365$

N= Numero de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

5.8.4. No caso de eventuais atrasos de pagamento, haverá a cobrança de multa, sobre o valor devido, no percentual de 10% (dez por cento);

5.8.5. A ocorrência de atraso no pagamento da remuneração mensal por mais de 30 (trinta) dias ou ainda, a ocorrência de 03 (três) atrasos de pagamento no ano (consecutivos ou não), mesmo que por prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá implicar na rescisão do Contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.8.6. O pagamento da mensalidade será devido até a data da entrega definitiva do imóvel, mesmo que tenha havido rescisão unilateral ou consensual entre as partes;

5.8.7. Durante o período de férias escolares não haverá redução no valor mensal da Concessão Remunerada de Uso, tendo em vista que para a definição de tal valor, o faturamento reduzido no referido período já foi computado para o cálculo do valor a ser remunerado durante toda a vigência contratual.

5.8.8. Em situações excepcionais, nas quais a Contratante venha, por motivos não previstos neste instrumento e com justificativa expressa, impedir o funcionamento da Central de atendimento, a contratada ficará isenta do pagamento da Concessão Remunerada de Uso proporcionalmente (dias e valores) ao período em que o estabelecimento necessitar ficar sem funcionar;

5.8.9. Em situações em que a Contratada necessite realizar manutenções corretivas no imóvel, em caso de danos, avarias, inutilização ou fragmentação e demais prejuízos causados, inclusive, por seus empregados ou prepostos, no desempenho de suas tarefas ou em conexão com elas, e que seja necessário o fechamento do estabelecimento, por se tratar de obrigação contratual, o período em que o estabelecimento permanecer fechado não será motivo para abatimento no pagamento da Concessão Remunerada de Uso.

5.8.10. Todas as despesas decorrentes do consumo de luz, telefone externo, seguro e tributos que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis cedidos serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, que as pagará diretamente ao órgão arrecadador assumindo a obrigação de exibir o comprovante de quitação a Contratante, sempre que exigido for;

5.8.11. Todos os custos inerentes, tais como: disponibilização de operadores, supervisores e técnicos; material, inclusive papel; encargos sociais, fiscais, comerciais, tributos e emolumentos; assistência técnica; toner e peças de reposição, e todas as demais despesas necessárias à prestação dos serviços **são de responsabilidade da contratada**, cabendo à Contratante efetuar, tão somente, o pagamento dos serviços executados;

5.8.12. Todos os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes das relações de trabalho, bem como, o cumprimento das convenções coletivas da categoria e de todos os dispositivos legais pertinentes **são de responsabilidade da contratada**;

5.8.13. A contratada deverá providenciar, às suas expensas, o seguro dos equipamentos instalados nas centrais, ficando a contratante isenta de qualquer responsabilidade em caso de sinistro (furto, descargas elétricas, incêndio, inundação, etc.).

Especificação da garantia do serviço

5.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual da Concessão Remunerada de Uso (valor mensal multiplicado por 12 (doze) meses), conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de funcionamento do estabelecimento.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços realizados.

6.17. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.18. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação a qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções a CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.20. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.21. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.22. À Contratante reserva-se o direito de exercer, por meio do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG na forma dos artigos 117 e 113 da Lei 14.133/2021 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271/1997, o mais amplo e completo acompanhamento e fiscalização dos serviços, visando o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, o qual, em nome da Contratante, poderá adotar as medidas necessárias para tal finalidade, sem que de qualquer forma restrinja a responsabilidade da Contratada, cabendo-lhe ainda:

6.22.1. Adotar instrumentos de controle, para fins de fiscalização, elaborado em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, em consonância com as exigências contidas neste Instrumento, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

A- Avaliar o resultado alcançado em relação a contratada, com verificação do cumprimento dos prazos e da qualidade demandada, conforme estabelecido neste instrumento;

B- Avaliar os recursos humanos empregados, em função de qualidade exigida;

C- Avaliar a qualidade e a quantidade dos equipamentos disponibilizados;

D- Avaliar a adequação dos serviços prestados;

E- Avaliar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato.

6.22.2. Promover o registro Promover o registro das ocorrências verificadas por meio de formulário específico, ofício ou outro meio eletrônico (e-mail), adotando, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021;

6.22.3. Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da UFMG, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

6.22.4. Solicitar, mediante prévia comunicação formal, a substituição de equipamento que esteja fora das especificações contratadas;

6.22.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada, cuja permanência, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

6.22.6. Examinar as Carteiras Profissionais, recibos de pagamento, ou outro instrumento legal dos empregados alocados a seu serviço, para comprovar o vínculo profissional;

6.22.7. Emitir pareceres em todos os atos da UFMG relativos à execução Contratual, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato;

6.22.8. Solicitar à Contratada, em prazo razoável que será fixado, relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom acompanhamento e Fiscalização da UFMG;

6.22.9. Exigir a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade;

6.22.10. A ação fiscalizadora da UFMG não fará cessar e nem diminuir a responsabilidade da Contratada, pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou irregularidades constatadas.

6.23. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.24. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

6.25. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 da lei 14.133 de 2021.

6.25. O representante da contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.26. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste termo de referência.

6.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.28. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.29. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.30. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 e 15577 da Lei nº 14.133/2021.

6.31. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.32. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.33. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.33. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.35. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 8º do Decreto nº 11.246, de 2022, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

Gestor do Contrato

6.36. Cabe ao gestor do contrato:

6.36.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.36.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.36.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.36.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.36.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.36.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.36.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme previsto no Anexo II.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes indicadores:

7.4.1. De qualidade;

7.4.2. De Produtividade;

7.4.3. Nível de serviços;

7.4.3. De sustentabilidade

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo prazo de dez dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. Tal entrega deverá ser realizada, pela contratada ao contratante, todos os meses ao longo execução do contrato

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento do mês de competência

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Aceitação do objeto

7.21. A emissão da Nota fiscal/ Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;

7.21.1. Os serviços serão faturados em função dos serviços prestados durante o mês de competência.

7.21.2. Os Relatórios de Serviços Prestados deverão ser fechados no último dia útil do mês de referência e encaminhados, de forma digital, a fiscalização técnica para conferência até o 5º (quinto) dia útil do mês.

7.21.3. A fiscalização da UFMG terá até o último dia útil do mês para conferir os relatórios de serviços prestados, apresentados no prazo determinado no item 7.4.3 e autorizar o faturamento.

7.21.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos/ substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.21.5. Item(ns) de serviços constantes do Relatório de serviços prestados que não tenha(m) a respectiva requisição, será (ão) cancelados e não poderão ser faturados.

7.21.6. Requisições rasuradas, ilegíveis, com erros e ou assinaturas que não constem ou não conferem com os Cartões de assinaturas, serão canceladas e não poderão ser faturadas.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

A- o prazo de validade;

B- a data da emissão;

C- os dados do contrato e do órgão contratante;

D- o período respectivo de execução do contrato;

E- o valor a pagar; e

F- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32.1. A cada pagamento verificar-se-á a existência ou não de comandos de descontos relativos a multas por descumprimento de cláusulas contratuais, quando serão feitas as deduções devidas, se for o caso. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da contratada, o valor deduzido será devolvido.

7.32.2. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária: IPCA, conforme descrito no item 7.42.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo Contratado.

7.33.1. Em hipótese alguma a universidade fará pagamento por meio de boleto bancário.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.38. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, a empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.39. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula;

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$$I = (6/100) / 365$$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.40. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser intuídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos a apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Antecipação de pagamento.

7.41. A UFMG não efetuará em hipótese alguma, pagamento antecipado, não sendo considerado as propostas que o exigirem.

Reajuste

7.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor amplo) **para cesta básica de serviços**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.42.1. Para o cálculo dos reajustes tomar-se-á como índice inicial aquele vigente no mês da apresentação da proposta e índice final aquele vigente no mês do reajuste.

7.42.2. **Concessão Remunerada de Uso:** contados 12 (doze) meses da data de início das atividades, pelo **IPCA** ou outro que venha ser fixado pelo Governo Federal, para atualização do valor mensal pago pela Contratada a título de indenização pecuniária (aluguel).

7.43. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.44. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.45. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.46. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.47. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.48. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.2.4.7.1. Compensatória por suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento, de 0, 5% (centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7.2. Compensatória por deixar de cumprir determinação formal instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência, 0,5% (centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7.3. Compensatória por deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, de 0, 5% (centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7.4. Compensatória por deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nos itens acima, após reincidência formalmente notificada pelo Órgão fiscalizador, por item e por ocorrência, de 0, 5% (centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7.5. Compensatória por deixar de Indicar e manter durante a execução do contrato o proposto previsto no edital e seus anexos, de 0,5% (centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.1.1. O licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que compõe a Cesta Básica de Serviços a serem prestados no estabelecimento no Setor de reprografia no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG;

9.1.1.1. O critério de julgamento será o menor preço global (60 meses de contratação), respeitado o menor valor unitário de cada item que compõe a cesta básica de serviços;

9.1.1.2. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários para todos os itens da cesta básica de serviços, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.2. As regras de aceitabilidade das propostas estão descritas no edital.

9.3. Os Critérios de aceitabilidade de preço são:

9.3.1. Setor de reprografia no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG: R\$ 114.693,00 (cento e quatorze mil seiscentos e noventa e três reais) anuais.

9.3.2. Valores unitários conforme planilha de composição anexa.

9.3.3. As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.

Regime de Execução

9.4. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**, pois execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos pela contratante.

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [A10]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, *exigíveis na forma da lei e de regulamentos na data de realização da licitação*, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas;

I- Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II- Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

III- Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).

9.25.2. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de, **10 % do valor total anual** estimado da contratação, qual seja:

$$9.25.2.1. R\$ 114.693,00 \times 10\% = \mathbf{R\$ 11.469,30}$$

9.25.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.25.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.25.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação Técnica

9.26. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.26.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.27.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.28. Atestados de capacidade técnica, em nome da licitante que comprovem que a licitante excuta ou executou serviços da mesma natureza, contendo nomes legíveis dos seus emitentes e número de telefone ou endereço eletrônico, para contato a ser(em) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou natureza dos constantes neste instrumento, devendo, portanto, constar no mínimo, as seguintes informações de modo a demonstrar a compatibilidade:

A. Será(ão) considerados compatível(is) em características com o objeto ora licitado o(s) atestados de capacidade técnica em nome da licitante, emitido(s) por pessoas físicas ou jurídicas, que comprove(m) que a licitante executa ou executou serviços de cópias/impressões P&B com instalação de equipamentos, alocação de operadores, fornecimento de peças e suprimentos, inclusive papel e assistência técnica;

B. quanto ao tempo, pelo menos 1 (um) dos atestados apresentados deverá comprovar o prazo de 12 (doze) meses ininterruptos de atuação em serviços com características semelhantes (serviço de reprografia, processamento de documentos e afins);

C. No que diz respeito às quantidades, será(ão) aceito(s) os atestados que demonstrem que a licitante executa ou executou serviços de cópias/impressões P&B em quantidade mensal igual ou superior a 10% (dez por cento) da estimativa de cópias a serem produzidas estabelecidos no item 1.4 da Cesta de Serviços, qual seja:

$$C.1. 348.000 \times 10\% = \mathbf{34.800 \text{ Cópias-A4/Carta - Papel Sulfite, 75g P\&B}}$$

D. Permitir-se-á o somatório de atestados para apuração dos quantitativos exigidos na desta alínea "c", que se refiram a um período mínimo de 06 (seis) meses ininterruptos e concomitantes de atuação, de modo a demonstrar a capacidade operacional de licitante;

E. O (s) atestados deverá (ao) evidenciar que a licitante cumpriu as disposições do contrato;

F. Se o(s) texto(s) do(s) atestado(s) não tiver(em) elementos suficientes para permitir sua(s) análise(s), (data de início e término de vigência, data de sua assinatura, serviços executados, equipamentos) a licitante deverá anexar a ele(s) outro(s) documento(s) que possa(m) esclarecer esses dados, tais como Contratos, Termos Aditivos ou Declaração de seus emitentes, de modo a complementar as informações emanadas do(s) atestado(s) para pleno atendimento deste subitem e suas alíneas;

G. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato Social vigente.

9.29. Declaração formal da licitante de que manterá regularidade no fornecimento de peças e suprimentos, inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos indicados em sua proposta; de que disponibilizará equipamentos, instalações, equipe própria de técnicos, devidamente habilitados, para prestar a assistência técnica, e aparelhamentos necessários para a execução dos serviços objeto deste Instrumento; colocando neste documento relação explícita das instalações e dos aparelhamentos disponíveis já existentes para a realização do objeto da licitação;

9.30. Declaração formal da licitante se responsabilizando por manter os equipamentos em perfeito funcionamento durante toda a vigência contratual.

9.31. A empresa deverá estar cadastrada e habilitada no Sicafe e comprovar patrimônio líquido, conforme estabelecido item 9.25.1. e no art. 69 da lei 14.133/21.

9.32. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico - operacional, a uma única contratação.

9.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação que é o máximo aceitável, é de **R\$ 573.465,00** (quinhentos e setenta e três mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), para o período de 5 (cinco) anos de contrato e de acordo com os custos unitários, de cada item, na planilha denominada Cesta Básica.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 15229;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 230045;

IV) Elemento de despesa: 339039-83; e

V) Plano interno: M20RKG1991N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2025.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato constante neste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.9.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de um mês.
- 3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
 - 4.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A11]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A12]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

4.1.38.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.38.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.38.3. florestas plantadas; e

4.1.38.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.46. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

6.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº..... /20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO DE ALMEIDA RANGEL CORDEIRO MONTEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/10/2025 às 18:08:57.

VINICIUS JOSE SCHIAVONI CUNHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/10/2025 às 18:08:37.

LUIZ GERALDO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP_153291-000008-2025.pdf (119.95 KB)

INSTITUTO DE CIENCIAS BIOLOGICAS/UFMG

Estudo Técnico Preliminar 8/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23072.236959/2025-08

2. Descrição da necessidade

2.1. A UFMG não dispõe, em sua infraestrutura patrimonial, de máquinas para execução de serviços de reprografia e processamento de documentos, desta forma, considerando que estes serviços são imprescindíveis para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da instituição, justifica-se a necessidade de que venham a ser contratados.

2.2. Por meio da presente contratação, busca-se a prestação dos serviços de forma contínua; utilização de equipamentos com tecnologia adequada às necessidades da instituição, padronização dos equipamentos e da qualidade dos serviços; centralização e agilidade nos serviços de manutenção, uniformização dos insumos e dos sistemas de impressão, diminuição de custos pela economia de escala, melhoria na qualidade de impressão, visando atender toda comunidade universitária.

2.3. A contratação de serviços reprográficos é essencial para a universidade, pois possibilita o atendimento eficaz das demandas administrativas e as operacionais. Esses serviços garantem a produção e disponibilização de materiais didáticos, documentos institucionais e recursos de pesquisa, essenciais para o funcionamento diário da instituição. Além de aumentar a eficiência e reduzir custos com equipamentos e insumos, a terceirização dos serviços reprográficos promove para flexibilidade para atender as variações demandas na Essa contratação, portanto, fortalece o apoio às atividades pedagógicas e de gestão, contribuindo diretamente para os objetivos institucionais da universidade.

2.4. Assegurar o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da UFMG através da execução eficiente das ações de planejar, executar, acompanhar e fiscalizar os serviços de reprografia, processamento de documentos e afins em uma instituição de grande porte como a UFMG é tarefa complexa. Atenta à qualidade do serviço, faz-se necessária a adoção de estratégias quanto à adequação dos serviços e operacionalização de rotinas, além de orientar as unidades acadêmicas e órgãos administrativos quanto a utilização destes serviços em suas respectivas áreas.

2.5. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reprografia, processamento de documentos e afins, destinam-se à realização de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do órgão, necessários ao bom funcionamento da Universidade Federal de Minas Gerais.

2.6. A presente contratação visa prover o Instituto de Ciências Biológicas de uma prestadora especializada nestes serviços com pessoal qualificado, que dê apoio à realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional, contribuindo, ainda, para a melhoria dos serviços prestados.

2.7. Assim, Constitui objeto deste estudo, a concessão de uso remunerado de espaço físico de 36,9 m2 - localizado no Bloco C1 do Instituto de Ciências Biológicas/UFMG, na Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte. A utilização deste espaço será concedida à prestação de serviços de reprografia.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ICB - DIRETORIA	Ricardo Gonçalves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para o funcionamento da unidade de reprografia, no ICB, pede-se, no mínimo, equipamentos em número e características conforme abaixo:

4.1.1. Bloco C1 do Instituto de Ciências Biológicas

- A. 02 (duas) máquinas multifuncionais P&B, com velocidade de impressão mínima de 55 (Cinquenta e cinco) páginas por minuto;
- B. 01 (uma) máquina multifuncional colorida, com velocidade de impressão mínima de 70 (setenta) páginas por minuto;
- C. 01 (uma) máquina Plotter;
- E. 1 (uma) guilhotina manual;
- F. 02 (dois) computadores para Administração/Caixa;

4.1.2. A contratada deverá instalar computadores que proverão a infraestrutura computacional para:

- A. receber arquivos para a impressão por meio de e-mail;
- B. receber arquivos para impressão por meio de carga em página web;
- C. Sistema operacional, software, e proteção contra vírus e outros tipos de programas maliciosos, originais e com suporte do fabricante mantendo suas respectivas atualizações de forma automática; com execução automática de programas (autorun) desabilitados;
- D. Imprimir arquivos gerados nas versões atualizadas do Microsoft office (Libreoffice), CorelDraw, Page Make, AutoCAD, bem como de versões anteriores destes pacotes;
- E. Imprimir arquivos nos formatos PDF (Portable Document Format), PS (Post Script) e EPS (Encapsulated Post Script);
- F. Manter os sistemas e programas instalados nos computadores que receberão os meios digitais, arquivos carregados via web e mensagens de e-mail com trabalhos de impressão atualizados, sem execução automática de programas;
- G. Manter os sistemas de impressão em rede isolada, com acesso à rede externa suficiente apenas para realizar a atualização dos programas instalados;
- H. Manter todos os sistemas e programas atualizados e com licença de uso válida, devendo a contratada apresentar estas licenças.

4.2. Além do estabelecido nos itens anteriores, constituem obrigações e responsabilidades da Contratada:

4.2.1. Nomear e formalizar à Contratante, no ato de assinatura do Contrato, o nome do preposto para representar a Contratada junto à Contratante em todos os atos pertinentes à execução do Contrato. O preposto deverá:

- A. Ser mantido, preferencialmente, no ICB, para que possa atuar prontamente em todas as ocorrências durante a execução do contrato;
- B. Demonstrar responsabilidade, iniciativa, discernimento, organização, flexibilidade, honestidade, fluência verbal e escrita;
- C. Contornar situações adversas;
- D. Responsabilizar-se pelo cumprimento do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.
- E. Responsabilizar-se pelos atos de seus empregados junto à Administração;
- F. Responsabilizar-se pelo acompanhamento e fiscalização geral dos serviços;
- G. Tomar as providências pertinentes para que sejam regularizadas todas as falhas ou defeitos observados;
- H. Responsabilizar-se pela coordenação geral da equipe de trabalho;
- I. Determinar o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados;
- J. Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, no caso de decisões e providências que ultrapassem a sua competência.
- K. Comparecer às reuniões promovidas pela Fiscalização da UFMG, quando convidado;
- L. Comunicar, para a devida avaliação, a fiscalização da UFMG, por escrito, as ocorrências verificadas, recebendo a orientação que se fizer necessária, inclusive quanto a dano ou avaria a bens e instalações da Universidade porventura ocasionados por seus empregados ficando a contratada obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados;
- M. Receber e protocolar documentos como representante da contratada;

N. Receber intimação extrajudicial de aplicação de penalidade, decisão de aplicação de penalidade e demais notificações expedidas pela contratante.

4.2.2. Instalar para a prestação dos serviços, máquinas copiadoras/impressoras e as copiadoras e impressoras novas e em linha de produção ou remanufaturadas em fábrica desde que comprovadamente sejam de primeiro uso.

4.2.3. Responsabilizar-se pela mão de obra e meios de transporte necessários para a instalação ou retirada dos equipamentos, necessários à execução dos serviços objeto deste Instrumento;

4.2.4. Alocar operadores capacitados para a prestação dos serviços previstos neste Instrumento, bem como dispor de estrutura para a prestação dos serviços, quais sejam: peças, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos, inclusive papel;

4.2.5. Responsabilizar-se para que seus empregados zelem pela disciplina no ambiente de trabalho, cumprindo e fazendo com que sejam cumpridos, irrestritamente, os regulamentos da UFMG;

4.2.6. Manter, nas dependências da contratante, seus empregados convenientemente trajados e identificados mediante uso de crachá da contratada;

4.2.7. Afastar, imediatamente, das dependências da contratante, e por solicitação desta, qualquer empregado, por mais qualificado que seja, cuja presença venha a ser considerada inadequada à contratante, promovendo sua imediata substituição;

4.2.8. Cumprir rigorosamente, na área de Medicina e Segurança do Trabalho, as determinações da Lei n.º 6.514, de 22/12/77; Portaria n.º 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União de 06/07/88 e suas NR's – Normas Regulamentadoras, oferecendo a seus empregados as garantias e medidas indispensáveis de proteção, segurança e higiene do trabalho, mediante o uso de meios de proteção na execução dos serviços;

4.2.9. Fazer cumprir, na execução dos serviços, as normas legais de segurança contra riscos de acidentes;

4.2.10. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais tributos resultantes da execução do presente Instrumento, conforme exigência legal;

4.2.11. Submeter-se, inclusive empregados, às condições fixadas pela Contratante quanto ao comportamento, discricção e urbanidade no serviço, sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos serviços, inclusive depois de cessado o Contrato decorrente da presente contratação;

4.2.12. Observar rigorosamente, na prestação dos serviços, a legislação relativa à Propriedade Intelectual, especialmente, a Lei nº. 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização, e a Lei nº. 9.610/98, que regulamenta a proteção dos Direitos Autorais;

4.2.13. Manter, durante a execução dos serviços, os ambientes em ordem, em perfeitas condições de higiene e segurança;

4.2.14. Observar, no uso da área concedida, as condições e recomendações relativas à Unidade/Órgão, especialmente quanto à segurança, dias e horários de funcionamento. A utilização do imóvel não poderá prejudicar as condições de higiene e estética da Unidade/Órgão;

4.2.15. Cumprir o que determina a Lei Municipal, as leis e normas trabalhistas no que se refere à proteção e prevenção contra incêndio e segurança do trabalho;

4.2.16. Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, o estatuto interno e as normas de segurança da Contratante;

4.2.17. cuidar da guarda e segurança dos equipamentos e estoque físico dos suprimentos, ficando a Contratante isenta de qualquer responsabilidade em caso de sinistros;

4.2.18. No ICB, obedecer a todas as disposições internas da Unidade.;

4.2.19. Cumprir o horário mínimo de funcionamento:

Instituto de Ciências Biológicas: de segunda a sexta-feira de 8h a 17h.

- 4.2.20. Havendo necessidade e acordo entre a Contratante e a Contratada, as Centrais poderão eventualmente: ter seus horários de funcionamento alterados; funcionar em fins de semana e/ou feriados.
- 4.2.21. Fornecer blocos de Formulário de Requisições de Serviços, cujo modelo deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização da UFMG; cada Requisição deverá conter 2 (duas) vias.
- 4.2.22. Executar os serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade. A execução de serviços imperfeitos seja em função de incorreções e/ou má apresentação, poderá acarretar a devolução desses à Contratada, a quem caberá o ônus do prejuízo;
- 4.2.23. Corrigir, total ou parcialmente, as suas expensas, os serviços prestados com vício, defeito ou incorreção decorrentes de execução irregular, do emprego ou fornecimento de equipamentos, peças ou materiais inadequados;
- 4.2.24. Manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente;
- 4.2.25. Tratar toda a comunidade universitária com presteza e urbanidade, no que diz respeito às solicitações que se relacionem com o objeto deste Instrumento;
- 4.2.26. Atender com presteza e nos prazos estipulados no item 4.2.36. no que diz respeito às solicitações que se relacionem ao Contrato;
- 4.2.27. Sujeitar-se às orientações da Fiscalização da UFMG, atendendo com presteza na forma e nos prazos estipulados, prestando os esclarecimentos solicitados no que diz respeito às solicitações, inclusive possíveis reclamações, que se relacionem com o objeto deste Instrumento;
- 4.2.28. Criar condições favoráveis ao bom andamento da relação contratual, não constrangendo e não oferecendo obstáculos à Fiscalização da Contratante;
- 4.2.29. Fornecer relatório com a quantidade por tipo de serviços prestados, caso a Contratante o solicite;
- 4.2.30. Observar e manter no estabelecimento um exemplar do Código de Defesa do Consumidor, nos termos da Lei nº. 12.291 /2010;
- 4.2.31. Operar com máquinas registradoras aprovadas pelo órgão competente do Estado;
- 4.2.32. Fornecer, independentemente da modalidade utilizada para pagamento, cupom fiscal a todos os usuários;
- 4.2.33. Disponibilizar na caixa registradora numerário suficiente para troco, nos casos de pagamento em espécie, para atender os usuários;
- 4.2.34. Instalar máquina(s) própria(s) para recebimento de cartões de crédito e débito, sem acréscimo do valor cobrado: no mínimo 02 (duas) bandeiras distintas deverão ser aceitas pela PERMISSIONÁRIA; as bandeiras deverão ser escolhidas considerando o alto índice de aceitação no mercado; a instalação da (s) máquina(s) e seu efetivo funcionamento deverão ocorrer no período máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de início das atividades.
- 4.2.35. Reportar-se, sempre que necessário, durante a execução contratual, à Fiscalização da UFMG;
- 4.2.36. Obedecer, nos serviços a serem prestados, aos seguintes prazos:
- A. serviços reprográficos comuns, pequenos serviços (até mil cópias P&B e até quinhentas cópias coloridas, na totalidade das requisições recebidas por Unidade/Órgão) deverão ser executados imediatamente (na mesma hora);
 - B. serviços reprográficos complexos, grandes quantidades de cópias (acima de mil cópias P&B e acima de 500 cópias coloridas, na totalidade das requisições recebidas por Unidade/Órgão) deverão ser executados no prazo máximo de 4 (quatro) horas, a partir do recebimento da(s) Requisição(ões);
 - C. serviços especiais: o prazo deverá ser negociado entre a Contratada e o requisitante.
- 4.2.37. Instalações físicas e seus Ônus
- 4.2.37.1 Para prestação dos serviços, durante o período de vigência do Contrato, a Contratante permitirá à Contratada, por meio de Termo de Permissão Remunerada de Uso, o direito de utilizar:

A. Espaço físico no Bloco C1, do ICB: espaço com 36,9m² mediante o pagamento do valor mensal de **R\$ 1.573,79** (mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos), reajustados anualmente pelo índice IPCA, visto que, por meio de pesquisa de preço médio de locação de imóveis comerciais, em Belo Horizonte, o valor atualizado do metro quadrado é de R\$ 42,65.

4.2.38. Todas as despesas decorrentes do consumo de luz, telefone externo, seguro e tributos que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis cedidos serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, que as pagará diretamente ao órgão arrecadador assumindo a obrigação de exibir o comprovante de quitação a Contratante, sempre que exigido for;

4.2.39. Todos os custos inerentes, tais como: disponibilização de operadores, supervisores e técnicos; material, inclusive papel; encargos sociais, fiscais, comerciais, tributos e emolumentos; assistência técnica; toner e peças de reposição, e todas as demais despesas necessárias à prestação dos serviços **são de responsabilidade da contratada**, cabendo à Contratante efetuar, tão somente, o pagamento dos serviços executados;

4.2.40. Todos os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes das relações de trabalho, bem como, o cumprimento das convenções coletivas da categoria e de todos os dispositivos legais pertinentes **são de responsabilidade da contratada**;

4.2.41. A contratada deverá providenciar, às suas expensas, o seguro dos equipamentos instalados nas centrais, ficando a contratante isenta de qualquer responsabilidade em caso de sinistro (furto, descargas elétricas, incêndio, inundação, etc.).

5. Levantamento de Mercado

5.1. A Estimativa de quantidades anuais a serem contratadas para cada item de serviço encontram-se discriminadas no anexo I deste estudo preliminar. Para definição das quantidades para cada categoria de serviços foram utilizados os dados levantados do histórico de uso do mesmo serviço ao longo de vários anos, no Instituto de Ciências Biológicas, bem como a sua perspectiva de uso para os anos futuros.

5.2. De acordo com pesquisa de preços realizada pela equipe de planejamento desta contratação, e considerando os preços atualmente praticados por lojas / fornecedores com perfis equivalentes aos nossos, foi elaborado o mapa de preços, constituindo o parâmetro pelo qual definimos os valores e quantitativos a serem licitados.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	MAP PAPELARIA E ARMARINHO LTDA CNPJ: 65298903/0001-46	PAPELARIA E COPIADORA MILICOPY-ME CNPJ: 03533516/0001-90	ORGANIZAÇÕES SANTOS PAPELARIA LTDA CNPJ: 08207275/0001-02	MENOR PREÇO
1	Cesta de produtos de reprografia	1	1	R\$ 225.306,50	R\$ 206.814,00	R\$ 114.693,00	R\$ 114.693,00

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na concessão onerosa de espaço físico para prestação de serviços de reprografia e operação de equipamentos, Bloco C1, localizado no Instituto de Ciências Biológicas/UFMG, na Av. Antônio Carlos, n. 6627, Pampulha, em Belo Horizonte -MG.

6.2. A utilização deste espaço será concedida exclusivamente para instalação de empresa especializada para exploração comercial de serviços de reprografia e processamento de documentos e afins.

6.3. Não será admitida a subconcessão do objeto deste estudo.

6.4. Os serviços requeridos serão prestados continuamente, nas condições abaixo descritas:

Metodologia de avaliação da execução dos serviços:

6.5. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos.

6.6. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disponível no Anexo II deste Estudo Preliminar, em consonância com as diretrizes da IN/SEGES/MPDG 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

6.6.1. O IMR vincula o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.

6.6.2. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato.

6.6.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em ocorrências atribuídas a cada item conforme especificações constantes no Anexo III deste Estudo preliminar, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

6.6.4. O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

6.7. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada.

6.8. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

6.8.1. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto de 10% (dez por cento) por mais de 3 (três) vezes consecutivas ou durante a vigência do contrato ou a cada prorrogação, se houver;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Trata-se de concessão de uso remunerado de espaço físico de 36,9m² - composto de uma sala no Bloco C1 (térreo) do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, destinada ao uso comercial para prestação de serviços em reprografia e operação de equipamentos e afins.

7.2 A quantidade anual estimada de itens a ser contratada segue conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1.1	Cópia - A3/D.Carta - Papel Sulfite, 75g Cor	60
1.2	Cópia - A3/D.Carta - Papel Sulfite, 75g P&B	580
1.3	Cópia - A4/Carta - Papel Sulfite, 75g Cor	4400
1.4	Cópia - A4/Carta - Papel Sulfite, 75g P&B	348000
1.5	Cópia - Ofício I/II - Papel Sulfite, 75g Cor	1
1.6	Cópia - Ofício I/II - Papel Sulfite, 75g P&B	160
2.1	Digitalização - A4 P&B	80
2.2	Digitalização - A4 Cor	1
2.3	Digitalização - A3 P&B	1
2.4	Digitalização - A3 Cor	1
3.1	Encadernação capa PVC, contra capa e espiral até 50 folhas	14
3.2	Encadernação capa PVC, contra capa e espiral de 51 a 150 folhas	14
3.3	Encadernação capa PVC, contra capa e espiral de 151 a 300 folhas	30
3.4	Encadernação capa PVC, contra capa e espiral acima de 301 folhas	13
3.5	Encadernação, formato A3, capa PVC, contra capa e espiral até 50 folhas	33
4.1	Impressão - A3 – Papel Couchê, 140 g, Cor	640
4.2	Impressão - A3 – Papel Couchê, 140 g, P&B	40
4.3	Impressão - A3 – Papel Sulfite, 75 g, Cor	240

4.4	Impressão - A4/Carta – Papel Couchê,140 g, Cor	1030
4.5	Impressão - A4/Carta – Papel Sulfite,75 g, Cor	1510
4.6	Impressão - A4/Carta – Papel Sulfite,75 g,P&B	1700
4.7	Impressão - Adesivo A4 Color	1
4.8	Impressão - Banner Vinil (m²)	5
4.9	Impressão - Banner Lona Cor (m²)	50
4.10	Impressão - Banner Papel Sulfite Cor (m²)	5
4.11	Impressão - Ofício I/II – Papel Sulfite,75 g, Cor	26
4.12	Impressão - Papel Foto Cor	10
5.1	Plastificação A4	20

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 114.693,00

8.1. Pela natureza do serviço a ser prestado, optou-se pela criação de uma cesta de produtos, baseadas nos produtos mais utilizados nos últimos anos. Nesse sentido, chegou-se a 28 itens e, assim, foi realizada uma pesquisa de mercado.

8.2. A definição do método para estabelecer o preço de referência para a concessão é tarefa discricionária do gestor público, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, expresso no Acórdão nº 4952/2012 – Plenário. No processo de definição do preço de referência, o artigo 6º da Instrução Normativa nº 73/2020 – SEGES/ME estabelece que poderão ser utilizados, mediante devida justificativa, critérios como a média, a mediana ou o menor dos preços obtidos. Neste caso, a Administração optou por utilizar o **menor preço** como critério, considerando que essa escolha é mais adequada para garantir a economicidade da contratação, especialmente em situações em que os preços coletados apresentam variação significativa ou distorções que poderiam inflacionar o valor de referência se adotados outros métodos, como a média ou a mediana. Assim, com base no menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, elaborou-VII o mapa de preços descrito no item nº 05 deste estudo, o qual serviu como parâmetro para estimar o valor de referência da cesta de produtos e definir o valor a ser licitado.

8.2.1. O custo estimado **anual** da cesta de produtos, que é o máximo aceitável, de **R\$ 114.693,00** (cento e quatorze mil seiscentos e noventa e três reais).

8.2.2. Para a Concessão Remunerada de Uso no ICB, a concessionária deverá recolher mensalmente o custo mensal estimado em **R\$ 1.573,79** (mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos) a título de aluguel do espaço físico a ser utilizado.

8.2.3. Com base no exposto, tendo em vista o horizonte temporal de 60 meses para esta contratação, o valor global a ser recolhido pela concessionária totalizará **R\$ 94.427,10** (noventa e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos).

8.3. Para atendimento dos requisitos presentes nos artigos 12 e 13, inciso VII, do Decreto nº 3.725/01, há a seguinte previsão de custos:

8.3.1. No caso de energia, como pode ser verificado no DOCSEI3791776, o valor da Energia Ativa HFP da subestação C é de aproximadamente R\$0,55 kWh. Estimando um consumo pelo quantitativo adequado de equipamentos, em número de 3, sabidamente suficientes para o atendimento à demanda do contrato, com um uso médio de 4h/dia em regime ativo (144kWh /mês/máquina copiadora), mais 2 computadores com mesmo uso médio diário (18kWh/mês/desktop), chegamos a consumo aproximado de 468kWh/mês , totalizando um valor monetário de **R\$ 257,40**.

8.3.2. Para levantamento do valor de despesas relacionadas à limpeza, entendemos **não ser viável a utilização do contrato de limpeza da Universidade neste espaço**. Além de conter máquinas de alto valor financeiro e dinheiro apurado de serviços prestados à Comunidade, o local pode armazenar documentos (provas) que podem gerar altos valores se negociadas de maneira ilegal. Visando evitar tais problemas, recomendamos que a própria empresa contratada realize a limpeza do espaço. Caso esta procuradoria entenda não valer esta condição, pode se estimar um valor utilizando o “Valor Mensal do M² limpo”, de acordo com o último contrato elaborado pela UFMG, DOCSEI4193797, pg 209, cujo índice consta o valor médio de R\$2,94 o m² limpo. Considerando que a área presente na licitação em questão possui 36,9m², nesta condição, podemos estimar o valor de R\$108,48 reais mensais pela limpeza do espaço.

8.3.3. Para levantamento do valor de despesas relacionadas à vigilância, foi utilizado o valor mensal do posto em relação à área sob vigilância. Em conversa com o Sr. Luciano Quintino, foi informado que o Instituto de Ciências Biológicas possui 3 vigilantes diretamente designados para ronda neste prédio; 2 postos de 44 horas - manhã, sob o custo mensal de R\$8.172,41 cada; e 1 posto de 44 horas - misto, sob o custo de R\$8.417,95 (DOCSEI4073813). Tais postos realizam rondas em uma área de aproximadamente 31.000m². Desta maneira, considerando que os valor total dos postos diretamente encarregados da vigilância no ICB é de R\$24.762,77, responsáveis por aproximadamente 31.000m², chegamos a um valor aproximado mensal de **R\$29,48** relativos à área de 36,9m², relativa ao processo licitatório.

8.3.4. Com base no exposto, tendo em vista o horizonte temporal de 60 meses para esta contratação, o valor global a ser recolhido pela concessionária totalizará **R\$ 17.212,80** (dezesete mil duzentos e doze reais e oitenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto do presente estudo não é passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases ou etapas independentes. Trata-se de concessão de uso remunerado de espaço físico composto por uma sala no Bloco C1 do ICB, na UFMG, para a atividade de prestação de serviço de reprografia e operação de equipamentos, cujos serviços deverão ser prestados de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo.

9.2. A continuidade dos serviços reprográficos na Universidade atende às necessidades diárias da comunidade acadêmica, otimiza recursos, melhora a qualidade e a sustentabilidade, e fortalece a imagem institucional. Além disso, evidencia-se que a continuidade traz vantagens econômicas e operacionais, promovendo um ambiente mais eficiente e bem administrado.

9.3. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 202 e art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022. A previsão da possibilidade de prorrogação contratual se justifica em razão de o objeto se enquadrar como serviço de natureza constante, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade dos serviços prestados à comunidade universitária. Assim, a natureza dos serviços é classificada como contínua, nos moldes do artigo 15 da Instrução Normativa nº 005/2017, da SEGES/MPDG:

“Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção”

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes ao objeto da contratação em estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2025 da Universidade Federal de Minas Gerais. A Contratação pretendida está prevista no Plano Anual de Contratações, conforme detalhamento a seguir:

Id PCA PNCP: 17217985000104-0-000019/2025;

Data de publicação no PNCP: 12/06/2025

Id do item no PCA: 82;

Classe/grupo: 859 - outros serviços de suporte

Identificador da Futura Contratação : 153254-82/2025;

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Resultados pretendidos:

- A. A prestação continuada desses serviços pode apoiar diretamente projetos de extensão, eventos, congressos, seminários e outras atividades acadêmicas, facilitando a produção e distribuição de materiais impressos e digitais. Esse suporte constante fortalece a capacidade da faculdade de realizar eventos e iniciativas de forma organizada e sem atrasos.
- B. Prover a Universidade Federal de Minas Gerais de uma prestadora especializada nestes serviços com pessoal qualificado, que dê apoio à realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional
- C. Colaborar para o desempenho eficiente da Administração Pública, auferindo receitas por meio da locação de espaço público não utilizado à finalidade institucional.
- D. Empresas de reprografia têm expertise em lidar com grandes volumes de impressão e digitalização, garantindo uma execução rápida e de alta qualidade.
- E. Empresas especializadas em reprografia conseguem lidar com picos de demanda, como em períodos de matrícula ou exames em instituições de ensino, adaptando-se às necessidades de cada momento.

12.2. A contratação de uma empresa de serviços reprográficos pode trazer uma série de benefícios, incluindo a redução de custos, aumento da eficiência e produtividade, melhoria na qualidade dos serviços, e melhor gestão documental. Além disso, essa contratação permite que a instituição se concentre nas suas atividades principais, deixando as tarefas de reprografia e processamento de documentos para especialistas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Com o advento na Instrução Normativa 05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional a gestão e a fiscalização passaram por uma revisão substantiva. A disponibilização de treinamentos para capacitação e atualização das equipes de servidores quanto às novas exigências legais fazem-se necessárias para a implementação desta futura contratação.

13.2. Caberá a UFMG, garantir que o espaço físico, objeto desse estudo, localizado no ICB, esteja desocupado, para que a contratada estabeleça suas futuras instalações físicas, adequando o ambiente aos serviços que serão prestados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os impactos ambientais de uma empresa de reprografia incluem desde o consumo intensivo de papel e energia até a geração de resíduos tóxicos e eletrônicos. No entanto, com a adoção de práticas sustentáveis, é possível minimizar esses impactos e contribuir para a preservação do meio ambiente. Implementar estratégias de reciclagem, eficiência energética e redução de resíduos são essenciais para garantir a sustentabilidade do setor de reprografia.

14.2. Para otimizar a sustentabilidade numa empresa de reprografia, é essencial adotar práticas que reduzam o impacto ambiental e promovam o uso responsável dos recursos. Estas práticas não só contribuem para a preservação do meio ambiente, como também podem resultar em redução de custos e melhoria da reputação da empresa.

14.3. Adotar práticas sustentáveis numa empresa de reprografia requer uma abordagem multifacetada que inclui a redução do consumo de recursos, a gestão responsável de resíduos e a adoção de tecnologias modernas e eficientes. Investir em treinamento, conscientização e parcerias com fornecedores sustentáveis também é crucial para criar uma operação mais ecológica. Com essas medidas, é possível não só minimizar o impacto ambiental, mas também aumentar a eficiência e reduzir custos operacionais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprografia, processamento de documentos e atividades afins, por meio de concessão remunerada de uso de espaço físico localizado no Bloco C1 da UFMG, revela-se plenamente viável e necessária à adequada operacionalização das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

Inicialmente, observa-se que a Universidade não dispõe de infraestrutura patrimonial própria para atender, de forma eficaz e contínua, às demandas por serviços reprográficos. Tais serviços são imprescindíveis à manutenção da rotina institucional, viabilizando a produção de materiais didáticos, documentos administrativos, relatórios técnicos e insumos de apoio à pesquisa e à extensão universitária. Deste modo, sua adequada prestação configura elemento essencial ao cumprimento da missão institucional da UFMG.

A solução proposta contempla, de forma racional e economicamente vantajosa, a concessão de uso oneroso de espaço público, mediante o pagamento de valores compatíveis com os custos de ocupação e manutenção do imóvel. Trata-se de alternativa que, além de evitar custos diretos com aquisição de equipamentos, suprimentos e mão de obra especializada, promove a racionalização da despesa pública, fomenta a eficiência operacional e potencializa a arrecadação institucional por meio da locação de espaço ocioso.

Ademais, a presente contratação permitirá à Universidade contar com empresa que disponha de parque tecnológico atualizado, equipe técnica qualificada, infraestrutura de suporte e condições adequadas para atendimento em larga escala e com qualidade padronizada. A adoção de critérios técnicos e de desempenho — inclusive mediante o uso do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) — assegura a efetividade, a economicidade e o controle da execução contratual, nos moldes das Instruções Normativas vigentes.

A proposta está integralmente alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG e ao Plano Anual de Contratações (PAC), cumprindo, ainda, os requisitos de regularidade legal, técnica e econômica estabelecidos pela Lei nº 14.133 /2021 e demais normativos correlatos. A prestação continuada do serviço será formalizada por meio de contrato com vigência de 60 meses, prorrogável por até 10 anos, conforme autorizado pela legislação aplicável a concessões de uso com finalidade comercial.

Do ponto de vista ambiental, o estudo evidencia a adoção de medidas de sustentabilidade, como o incentivo à reciclagem, à eficiência energética e à redução de resíduos, o que reforça o compromisso institucional com práticas ambientalmente responsáveis.

Por fim, a contratação traz benefícios múltiplos e interligados: otimização de recursos públicos, incremento na qualidade dos serviços prestados, apoio direto a projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, fomento à sustentabilidade financeira e ampliação da acessibilidade aos serviços pela comunidade universitária.

Diante do exposto, esta comissão de planejamento manifesta-se **favoravelmente quanto à viabilidade** técnica, jurídica, operacional, econômica e ambiental da contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO DE ALMEIDA RANGEL CORDEIRO MONTEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 12:36:05.

VINICIUS JOSE SCHIAVONI CUNHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 17:51:22.

LUIZ GERALDO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 13:21:53.